

ESCOLA, CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Sirlene Ribeiro Alves e Carla Regina Vasconcelos

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo repensar o conceito de memória social e suas inter-relações com currículo e o ambiente escolar. Assim como provocar uma reflexão sobre uma proposta de abordagem específica, como prática escolar da memória como representação e mediação no processo de construção de identidade. Demonstrando a importância da memória, e como pode ser priorizada ou até construída através de um aparato ideológico e prático, em currículo escolar, e vir a desempenhar um papel relevante na formação do conceito em um contexto escolar.

Palavras-chaves: Currículo. Memória. Identidade. Representações. Escola.

Abstract

The present work aims to rethink the concept of social memory and its interrelationships with curriculum and the school environment. As well as causing a reflection on a proposed approach to memory as representation and mediation in the process of construction of identity. Demonstrating the importance of memories, and how they can be prioritized or even built through an ideological apparatus and practical, that in school curriculum, play an important role.

Keywords: Curriculum. Memory. Identity. Representation. School.

O conceito de memória, neste estudo, é revisto por dois autores principais, Jacques Le Goff (1990) e Michael Pollak (2010). Adotamos esses pensadores para compreender a formação da memória social e algumas de suas características. De acordo com Le Goff (1990, P. 423): “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Por sua capacidade de acumular e transmitir conhecimentos, a memória se torna para o homem um fator de suma importância. Várias áreas da ciência, como a biologia, a psicologia, a neurofisiologia, a psiquiatria, se destinam ao seu estudo. Através de funções biológicas e psicológicas, a memória é resultado de esquemas dinâmicos de organização e estruturação, que perpassam pelo indivíduo, mas não se limitam a ele, deixando rastros e vestígios no lugar, no tempo, nos corpos, subtendidos ou expressados estrategicamente arquivados e armazenados, tornando-o senhor de memórias.

Dentre os acontecimentos, lugares e pessoas que passam por nossa vida ou pela nossa história, construímos um caminho coerente, algo repleto de sentido e significados. Fenômenos que Le Goff (1990,P. 424) considera como “resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui”. Organização e construção se tornam palavras-chave nos processos de memória, quebrando um sentido restrito ou natural, ligado à simples recordação fiel de fatos passados. Uma construção e um processo de organização que envolvem o consciente e o inconsciente, fatos vividos e herdados, como também áreas do esquecimento e do não esquecimento.

Ao se perguntar sobre os elementos constitutivos da memória, Pollak fala sobre acontecimentos vividos por cada indivíduo e elementos herdados, acontecimentos em que o indivíduo não participou efetivamente, mas que por meio da socialização se corporifica, ganhando uma dimensão de uma experiência vivida. São fenômenos de projeção ou transferência que ocorrem no momento de estruturação da memória. Seriam fatos ocorridos com o grupo social ao qual se pertence, que o sujeito não participou efetivamente, mas, que devido a identificação com o coletivo, se tornariam quase que indissociável do sujeito. Uma espécie de transferência de certos acontecimentos, pessoas e lugares ao imaginário individual. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização

histórica, ocorra, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 2010, p.201) Desse modo, mesmo pensando na memória individual veremos traços da coletividade.

Segundo Michael Pollak (2010), mesmo parecendo, em primeiro momento, ser uma organização individual, a memória pode ser compreendida como um elemento social, “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”(p. 210). Não é algo fechado, dado a priori, ou construído no passado, ao qual somente vão sendo acrescentados novos fatos ou dados. Mas um campo dinâmico que aceita novas leituras, novos significados. Que a própria inclusão de novos acontecimentos ou informações pode levar a outros sentidos, e a revisão dos fatos do passado. E que essas variações podem ocorrer a partir dos seus interlocutores e do momento histórico, das preocupações e dos questionamentos do período. O que exige da memória um trabalho de reconstituição contínua. Uma vez organizada e constituída, a memória necessita manter-se coerente, o que Pollak (1990, P. 206) chamou de “um trabalho de manutenção”, sendo um campo em aberto e reestruturado continuamente.

Se por um lado a memória apresenta um aspecto dinâmico, é necessário ressaltar que na maioria das memórias há aspectos imutáveis, algo irreduzível. Isso se deve ao “trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.” (Ibidem, p. 201) São fatos sedimentados e inegociáveis, que fundamentam certas significações e entendimentos, e dão sensação de estabilidade e continuidades, essenciais para o sistema de coesão da memória.

Nem tudo registramos em nossa memória, nem tudo desejamos e conseguimos registrar, certas limitações físicas nos impedem disso. Um procedimento de recordação e esquecimento, sendo as áreas de esquecimentos importantíssimas nos processos da memória. Relembramos certos fatos, acontecimentos, pessoas, lugares, situações que são consideradas como relevantes, e encaminhamos outras para áreas ocultas do esquecimento. Mas estas não deixam de atuar em nossa memória, sejam através do inconsciente ou se naturalizando em expressões do cotidiano. Nesse procedimento de escolhas, se

envolve nosso consciente e inconsciente, nossos desejos, afetos e intenções. Dessa forma, a seleção e a organização dos fatos podem variar de acordo com interesses individuais e políticos.

Nesse processo de construção da memória, que envolve seleções e posicionamentos, inclusão e exclusão, campos em tensão. Devido a seu caráter mutável e sua importância política, a memória se torna um campo de disputas de interesses e de poder. Mesmo se pensarmos na memória individual, como tentamos demonstrar acima, nela ocorre certas transferências e projeções do coletivo, que podem englobar relações de poder. O que ganha maior ênfase se pensarmos na memória coletiva ou na memória nacional. Citando Le Goff (1990, p. 426):

“(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.

Criam-se instrumentos que além de auxiliar no registro e na manutenção da memória, servem como formas de manipulação e dominação. Le Goff (1990), pensando sobre a memória e a história, expõe sobre a importância da linguagem para os fenômenos de estruturação da memória, e seus modos de armazenamento, quer seja na oralidade ou na escrita, ou em outros meios, como monumentos arquitetônicos, bibliotecas, arquivos, museus... Do mesmo modo, como as comemorações, as datas oficiais, a tradição se insere no contexto de controle e poder. “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constituiu objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 2010, p. 204).

Por ser um conceito construído com objetivos específicos, a memória nacional possui certas fragilidades. Assim como em outros tipos de memórias coletivas, ou até mesmo na memória individual, há uma inconclusão, que exige ser sustentada constantemente e um grande aparato que a legitime, daí fazer entender e experimentar formas de percepção da memória, possibilidades de representações, como conexão de subjetividades e de identidades.

Nesse pensamento, destacaremos o papel da escola como um lugar de formação, que auxilia na construção e manutenção de memórias sociais dentro da

própria estrutura escolar e para além dela. Organização, controle e normatização, ligados ao processo de expansão urbana, são fatores intrínsecos ao nascimento da instituição escolar. Antes de sua criação, e até hoje em algumas culturas, a aprendizagem se estabelece de um modo informal. Com a escola, cria-se um espaço ordenado e fechado, tempo regular, princípios e normas... Não estando somente ligada a propagação de saberes, a escola se torna um elemento fundamental de organização da nossa estrutura social.

Os saberes e conhecimentos selecionados e organizados pelo currículo escolar e transmitidos pela educação formal ganham legitimidade, o diferenciando dos demais, passando a possuir um maior grau de importância. Esses conhecimentos veiculam valores, ideologias e refletem as culturas compreendidas como “oficiais”, em detrimento ficam as subterrâneas.

Mesmo assumindo um compromisso com toda a sociedade, de desenvolvimento integral do ser humano, a escola poderá ter diretrizes voltadas aos certos interesses.

“Spencer não estava errado quando lembrou que aos educadores que uma das perguntas mais fundamentais que nos deveríamos fazer sobre o processo de escolarização é: “Que tipo de conhecimento vale mais?”. Embora pareça, a pergunta não é nada simples, pois os conflitos acerca do que deva ser ensinado são agudos e profundos. Não se trata “apenas” de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política. Quer reconhecamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atrelados à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países” (APPLE, 2005, pág. 39).

Os saberes transmitidos pela instituição escolar são um recorte, vinculados a determinadas histórias, determinadas compreensões e leituras da realidade, e não englobam toda gama de conhecimento existente no mundo, todas as culturas e visões de mundo. Não somente a seleção de conteúdos, como também a organização e a transmissão dos saberes, revelam certas estruturas que podem favorecer a construção de uma dinâmica social. Dessa forma, vários autores e autoras se interessaram em estudar o currículo escolar como uma forma de compreender como é selecionado, estruturado e transmitido saberes dentro da escola e como esses irão interferir nas relações fora do seu ambiente.

Definindo esse conceito, Silva (2010, p. 15) afirma “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo”. Não sendo esta seleção neutra, mas repleta intencionalidades. Alguns autores, influenciados pelos princípios marxistas, refletem sobre esses saberes dentro da sociedade, concentrando-se na relação de currículo, poder e classe social. Para Apple (1989) o currículo está ligado em termos estruturais e relacionais a estruturas econômicas e sociais mais amplas, quando afirma que:

“O currículo não é um corpo neutro inocente desinteressado de conhecimentos. (...) O conhecimento corporificado no currículo é um conhecimento particular. A seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes” (APPLE, 1989, p.46).

Assim, compreendemos que o conteúdo é transmitido pela escola como parte de uma cultura dominante, um saber particular que reflete os interesses de uma classe. A seleção e a forma como são transmitidos os conhecimentos, assim, não é neutra, está repleta de intencionalidade, que pode estar explicitamente registrada nos documentos curriculares e em seus conteúdos, mas também estar ocultos nas relações sociais dentro do ambiente escolar, em atitudes e posturas. É resultado de um contexto, vinculado a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação, sendo um artefato social, cultural e histórico. E tudo isso pode servir tanto para manutenção, para o controle, como para mudança e transformação de certas estruturas sociais.

Na contemporaneidade, verificou-se que as estruturas de dominação e poder embutidas no currículo escolar não estariam somente relacionadas as classes sociais, mas estariam ligadas também a outros aspectos como gênero, raça, religião e orientação sexual. São desigualdades manifestadas em nossa estrutura social e que se estendem para instituição escolar e para o currículo. O currículo tradicionalmente estaria baseado um discurso masculino, heterossexual e centralizado na cultura cristã europeia. A linguagem, sistemas de significação e de discursos produziram essas diferenças. Tornando ainda mais amplo e complexo os esquemas de dominação, controle e manutenção do poder.

No ensaio “Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução”, Silva e Moreira (2005) levantam três aspectos importantes no currículo escolar: ideologia, cultura e poder. Através de certas ideologias alguns grupos iriam garantir a reprodução de determinadas estruturas sociais, propagando e veiculando padrões culturais conforme seus interesses e garantindo sua estrutura de poder. Como uma forma institucionalizada de transmissão de cultura, a educação e o currículo escolar são essenciais nesse esquema. Ressaltando que, numa sociedade não há cultura una, homogênea, incontestável, essa estrutura exclui indivíduos e grupos sociais. Marginalizam memórias, histórias e identidades dos currículos oficiais de educação, fazendo com que algumas pessoas não se reconheçam na construção histórica de um país, e até mesmo no processo educacional.

Vimos que as memórias são construções coletivas, seletivas e dinâmicas, um campo de disputas políticas ligadas a relações de poder, que também podem articular ideologias e privilegiar culturas. De igual maneira, compreendemos a importância da memória para o sentimento identitário. Com base em nossas memórias construímos nossa identidade, nosso grau de pertencimento e diferenciação, que nos constitui como indivíduos, coletividade ou nação. Ambos são produtos de negociações políticas conflituosas, fruto de seleções e posicionamentos, ligados a fatores cronológicos, de coerência e unidade. Mas que necessitam de investimentos de manutenção e de sustentação.

A educação e o currículo podem auxiliar na construção, difusão e conservação de memórias e identidades. Como um elemento oficial de transmissão de cultura e de saber em nossa estrutura social, as histórias e conhecimentos transmitidos pela instituição escolar ganham um *status* diferenciado, passados como únicos, verdadeiros, oficiais... Mas esses saberes estão repletos de interesses, assim como a memória e a identidade, um campo de conflitos e disputas, podendo se tornar veículo de controle social. Do mesmo modo que o currículo escolar pode ser utilizado como uma forma de sustentar certas desigualdades, pode ser utilizado como instrumento de mudança social. Ao favorecer ou dar voz a culturas e leituras de mundo outrora desprezadas, ao darem oportunidades a grupos sociais historicamente menos favorecidos, o currículo escolar pode auxiliar na transformação dos sujeitos.

Desta forma propõe-se pensar em como construir o conceito de memória a partir de uma prática de inclusão de repertórios, ou representações que levem a conscientização e autoconhecimento do indivíduo conectado com a sociedade. Favorecendo a construção de sentidos e significados, de suas subjetividades, de acordo com seus interesses, desejos e poderes dentro de um contexto social. Na verdade a proposta é pensar as marcas e os vestígios plásticos como indícios de representações, de realidades, de conceitos, de possibilidades de conexões entre o indivíduo da escola em uma realidade, ao longo de um tempo, para encontrar de forma objetiva um referencial de memória material e imaterial, para ilustrar o processo de construção social do conceito de memória, em um momento contemporâneo de uma aprendizagem significativa, como também sobre o conceito de identidade. Assim as instâncias chão, corpo, paredes, e paredes são estratégias de coleta de dados, instrumentos de observação, estratégia de apresentação e representação do personagem histórico que o homem se transformou, na ocupação dos ambientes, nas formações das cidades. O currículo muito mais que teoria, torna-se prático e vivo, como o próprio conceito de memórias, quando trata dos afetos e daquilo que afeta.

Pudemos, dessa forma, verificar que a memória, a identidade e o currículo possuem semelhanças em seus aspectos estruturais (organização, seleção, dinamismo e relações de poder), mas também podem estabelecer relações de trocas e interdependências. Como instrumentos políticos, memória e currículo irão legitimar certos elementos, conhecimentos ou acontecimentos, e esquecerão ou excluirão outros, podendo transmitir ideologias. Através do currículo escolar, algumas memórias podem ser privilegiadas e outras simplesmente negadas ou negligenciadas, favorecendo a construção de identidades. E estas podem servir para manutenção de um esquema de dominação social, como também para transformação e/ou reformulação das estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Basiliense, 1982.

_____. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CANEN, Ana; SANTOS, Angela Rocha dos. Dos. **Educação Multicultural**: teoria e prática para professores e gestores em Educação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry. **Pedagogia Radical**: Subsídios. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flavio. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.